

“UM DEDO DO GIGANTE”: PROPOSIÇÕES E BLASFÊMIAS NAS MINAS SETECENTISTAS

RAFAEL JOSÉ DE SOUSA¹

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o intrigante caso do Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral, processado pelo Santo Ofício no final do século XVIII, que em seus sonetos e ideias dissidentes, ousava proferir injuriosa e escandalosamente, a despeito do que pregava a ortodoxia católica, que o Sumo Pontífice era um homem como qualquer outro, que Nossa Senhora não ficara virgem após o parto, que a fornicção não era pecado e que o corpo de Cristo nunca estava presente na comunhão. Proposições como estas, demonstram o quão disseminado foram as ideias contrárias ao catolicismo nas Minas Gerais, além da racionalidade das pessoas em seus cotidianos e mesmo a existência por aqui de certo grau de tolerantismo, em que a máxima de que cada alma em sua lei poderia se salvar soube fazer presença.

Introdução

A Igreja na época moderna impunha a homogeneização dos costumes religiosos, contra quaisquer dissidências ou dúvidas a respeito de suas verdades. Buscando a unificação religiosa, colaborava para a legitimação e efetivação do projeto dos Estados modernos absolutistas. Paralelamente a estas imposições, na Península Ibérica a formação multicultural de seu povo, permitida pelo contato, por vezes harmonioso e em parte bastante conflituoso entre judeus, mouros e cristãos, suscitou a formação de uma cultura sincrética em que ao mesmo tempo havia depreciação e respeito às diversas leis. Contexto propício para eclosão de ideias de universalismo religioso, tolerância à diferença e ceticismo quanto à validade exclusiva da fé católica. Nas palavras de SCHWARTZ (2009, p.75), esses povos foram pioneiros em formulações de ideias e difusão de um tolerantismo religioso, mesmo que implícito, onde a tendência principal baseava-se na consideração de que todas as leis eram originárias de um mesmo tronco divino.

Nessa sociedade de formação multicultural, foram comuns as dúvidas a respeito da relação entre o corpo e a alma, onde o carnal e o sublime apareciam como visões de

¹ Mestrando em história pela Universidade Federal de São João del Rei.

mundo; dúvidas sobre a validade do batismo, da eucaristia, assim como dos demais sacramentos da Igreja; dúvidas quanto à autoridade do papa e o valor das indulgências; à existência do céu ou do inferno, da veracidade dos milagres ou à existência dos santos. Quanto à virgindade de Maria Santíssima, fruto das experiências cotidianas dos nascimentos naturais, ou mesmo como herança da religiosidade folclorizada dos povos cáticos (SOUZA, 1986, p. 138). Dúvidas geradas principalmente pelas incertezas e dificuldades da vida, permeadas de elementos simbólicos de diversas origens, buscando a humanização do sagrado e resistência à imposição da pureza doutrinária.

Além das motivações multiculturais da península ibérica, imigrantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, representavam um elo a essas ideias, também críticas à ortodoxia católica e a primazia do clero perante a sociedade. Essa influência não deixava de pesar nas formulações de proposições cotidianas em que qualquer pessoa poderia se contagiar com ideias difundidas por qualquer estrangeiro ou nas composições dos debates filosóficos. Basicamente, os luteranos, como comumente eram chamados, criticavam a autoridade papal, o valor das indulgências, a vida libidinosa e falta de preparação teológica de grande parte do clero preocupado com questões materiais e “carnais”, além do culto aos Santos, que nada representavam além de estátuas de madeira, como também a verdadeira presença de cristo na hóstia consagrada. Essas influências não passariam ilesas à vista dos inquisidores, ávidos em identificar e extirpar as fontes de heresias.

Expressão da busca de legitimidade da Época Moderna foi a realização do Concílio de Trento, em essência contra as ameaças do protestantismo luterano reformista, mas na prática, representando muito mais uma reforma interior da Igreja católica, buscando promover a aproximação da Igreja e de seus dogmas à vida cotidiana da população, mudança de atitude em relação aos velhos códigos religiosos, eliminação dos abusos de um clero bastante libidinoso e despreparado e uniformizar a sociedade nos trilhos da verdadeira salvação pela Graça divina (VAINFAS, 2010, p. 31).

Buscando aplicar as resoluções de Trento, caçando e extirpando as dissidências, todas essas expressões blasfematórias, fruto de descontentamento cotidiano, mera “rusticidade popular”, ou da influência protestante e pelo contato com as demais leis, foram consideradas como abusos contra a fé católica ou mesmo, atentados contra Deus.

Torna-se interessante observar, segundo SCHWARTZ (2009, p. 42), como as proposições estavam sempre relacionadas a ideias de ordem mais geral. Um exemplo, são as opiniões a respeito da moralidade sexual estarem sempre associadas a

questionamentos sobre os dogmas católicos e a posição da Igreja e do clero quanto a essas ideias e mesmo sobre outras temáticas. As pessoas comuns, em seu entendimento e racionalidade cotidiana, consideravam saber mais sobre esses assuntos que o clero.

No tocante às dissidências relacionadas à salvação, foi corrente o ideário das possibilidades de se salvar em qualquer uma das leis, considerando como válida a difundida hipótese de que todas elas pertencessem a um mesmo tronco divino. A ortodoxia e a arte cristã representavam sempre cenas didáticas do Juízo Final e das possibilidades da salvação individual pela aceitação da lei de Cristo, concedida pela graça divina. As pessoas tinham então a consciência de que qualquer declaração contrária a essas máximas eram pecados mortais e puníveis pela Inquisição. Mas a própria teologia católica não era unânime em suas conclusões sobre a salvação e a inclusão ou não nela das almas que tenham morrido antes da revelação da verdadeira fé divina. A descoberta do Novo Mundo e suas hordas de gentios pagãos, ofereceu nova dimensão à questão, acirrando as ideias de que Deus não poderia ser menos misericordioso permitindo a danação de tantas almas que viviam sem a revelação da verdadeira fé.

Para o Estado dissidência religiosa, tolerância, universalismo e racionalismo sempre representaram um grave problema político, implicando em ceticismo perante a autoridade real, que era neste período associada à autoridade de Deus. Atacar a igreja era, portanto, atacar a própria essência do poder dos reis. Políticas de intolerância existiram por toda parte na Europa, mas na Espanha e em Portugal, elas chegaram ao extremo com as conversões forçadas dos judeus e muçulmanos, que nunca deixariam de serem perseguidos pela inquisição.

O contexto do Novo mundo, as novas populações de gentios recém-descobertas e portadoras de cosmogonias diversas, em contato com a bagagem cultural sincrética dos colonos filhos da Península Ibérica, corroborou para o surgimento de um processo multidirecional de fusão, absorção e adaptação de crenças religiosas diversas, em um grande e novo sincretismo específico das colônias atlânticas. Ambiente favorável para o surgimento de novas dúvidas e o acirramento dos antigos questionamentos ibéricos acerca dos dogmas e de questões diversas. Essa condição, mais uma vez colocou em xeque a máxima religiosa da Salvação. Dissidências, como a validade da eucaristia e dos demais sacramentos, bem como a verdadeira presença do corpo de deus na consagração, a dúvida na Virgindade de Maria Santíssima após o parto, dentre outras, seriam reeditadas em contexto colonial e associadas a seus conflitos específicos.

Muitas pesquisas, segundo SCHWARTZ (2009, p. 221), têm indicado que foi grande a importação de livros pelas colônias, mesmo com as proibições dos índices inquisitoriais. Também era grande o tráfego de viajantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, levando para as colônias as velhas críticas luteranas aos abusos da Igreja e do clero licencioso e materialista. Parece possível que um número cada vez maior de pessoas, como na Europa, buscasse na leitura as respostas de seus questionamentos cotidianos. Os livros, muito além do que buscavam dizer, eram interpretados de forma criativa por seus leitores, que narravam o que compreendiam aos iletrados, agindo como apaziguadores de seus sofrimentos e elo entre as culturas erudita e popular. As colônias permitiram o surgimento de uma cultura da coletividade sincrética em que a dissidência religiosa não poderia encontrar solo mais fértil para florescimento. A racionalidade popular, também era bastante para permitir o questionamento da justificativa evangelizadora para escravização dos índios e negros africanos (SCHWARTZ, 2009, p. 193).

Na principal colônia portuguesa, desenvolveu-se uma mentalidade religiosa que começou a se forjar logo após o descobrimento, em que posteriormente, as diversas nacionalidades africanas, portadoras de suas próprias cosmogonias, introduzidas pelo tráfico negreiro, completaram a fusão de pensamentos e práticas, que forjaram o específico pensamento mágico religioso da colônia. Os primeiros povos a chegarem ao Brasil foram os degredados enviados pela inquisição, bem como os cristãos novos em busca de possibilidades de liberdades de consciência e associações secretas, como o "marranismo" (NOVINSKY, 2002, p. 23), fizeram presença no período, bem como o grosso da população que vivia a margem da sociedade lusitana. Nas palavras de SCHWARTZ (2009, p. 193), o solo colonial era ambiente fértil para florescimento de dúvidas e dissidências, em sua grande maioria trazida por esses povos que em si portavam já tendência ao relativismo. Os principais questionamentos há muito já haviam perdido parte de suas origens, mas continuavam a se disseminar pela população, verbalizando seus conflitos e anseios cotidianos, eram racionais e tendiam a buscar uma explicação plausível para a realidade muito diversa da que lhes era imposta nos púlpitos.

O trabalho de SOUZA (1986), no tocante às proposições cotidianas coloniais, entra em concordância com as ideias de SCHWARTZ (2009) ao atribuir grande parte dos motivos dessas dissidências aos conflitos e problemáticas do dia-a-dia das pessoas, fruto de sua racionalidade, da capacidade de observação direta dos fenômenos e do descontentamento com a ordem vigente. Serviam como válvulas de escape para as

agruras da dura lida colonial. Porém, SOUZA (1986) atribui grande importância também ao caráter afetivo da religiosidade específica colonial. Os colonos buscavam a humanização das figuras de Deus, Maria Santíssima e dos Santos em geral. A vida dura na colônia acabava ensejando certo descrédito na total benevolência divina, podendo também ser responsabilizada pelas agruras do cotidiano. A violência característica desses tipos de sociedade gerava a dissidência quanto a justiça divina. Tratava-se com os Santos de forma afetiva, tornando-os seus confidentes pessoais, tanto quanto os puniam por não os atender em demandas cotidianas. Esse caráter afetivo da religiosidade é, segundo SOUZA (2011, p. 87), o que mais influencia nos questionamentos referentes aos descontentamentos com a moralidade e ordem vigentes.

Proposições correntes na colônia, já bem definidas no século XVIII, foram, dentre outras, as de que Cristo teria sido concebido por coito carnal sem que Maria Santíssima tivesse ficado virgem, ideia ligada principalmente às experiências com os partos naturais, onde seria impossível a uma mulher continuar virgem, muito próxima à folclorização cátera da religião, porém também da busca pela humanização das figuras sagradas. Também, como prova da influência protestante, que segundo SOUZA (1986, p. 102), não estava de modo algum distante quanto se pensou, eram os questionamentos à autoridade papal e sobre a validade das indulgências. Como se pode observar, uma reedição adaptada das proposições e descontentamentos ibéricos.

Um dedo do gigante

Durante o advento da época moderna, o problema da Salvação escatológica gerava uma série de questionamentos, que por sua vez influenciaram debates teológicos, que reciprocamente sustentaram as especulações não só de clérigos e leigos com algum grau de instrução, mas também e principalmente, entre pessoas comuns, a comunidade em geral, que no mais das vezes questionavam menos pelas influências teológicas que por racionalidade em seus contextos específicos. Suas proposições, perseguidas pela igreja em sua campanha uniformizadora e moralizante da sociedade, trazem aspectos dos anseios e mentalidades das sociedades a que estavam inseridos (SCHWARTZ, 2009, p. 47).

Para a Igreja católica, principalmente após o Concílio de Trento, a salvação poderia dar-se somente após a aceitação do catolicismo, como única fé verdadeiramente advinda de Deus e o batismo era parte fundamental dessa aceitação. Mas o contexto de

convivência cultural na península Ibérica permitiu o surgimento nestes territórios de certo grau de tolerantismo religioso em que conversos cristãos novos, mouriscos e até uma boa parcela da população de cristãos velhos, não conseguiam aceitar a ideia de um Deus castigador, onde toda a alma que tenha vivido antes da revelação da verdade pelo sacrifício de Cristo estaria condenada à danação eterna. Não era compreensível para os cristãos recentemente conversos aceitarem a ideia de que seus ancestrais estariam ardendo no fogo do inferno (SCHWARTZ, 2009, p. 74-81).

Esse contexto instaurado, não sem duras perseguições, na Península Ibérica, veio na bagagem dos pioneiros que colonizaram o Brasil, em que estiveram presentes, muitos dos degredados inquisitoriais, que para cá eram enviados para que servissem ao menos no desenvolvimento das novas terras. Essa condição somada à dureza do cotidiano colonial, as violências inerentes às suas especificidades de produção e relações pessoais, a turbulenta população que aqui se formou, as injustiças cometidas pelas classes dominantes, a grande quantidade de índios expropriados e destruídos em seus territórios, os abusos e monstruosidades cometidas contra as levas de cativos que continuaram a chegar em número cada vez mais intenso tanto quanto mais riquezas daqui eram retiradas, serviram como geradores de atitudes de descontentamento e recusa em aceitar as pregações e imposições de uma ortodoxia em que os dogmas e as verdades diferiam muito da realidade conturbada de seu contexto.

Com a descoberta dos veios auríferos no território que ficou conhecido como as Minas Gerais no final do século XVII, tendo a extração do metal se consolidado ao longo do século XVIII, muitos aventureiros de diversas origens foram atraídos pelas possibilidades de rápido enriquecimento, corroborando para intensificação na região da diversidade cultural, já específica em território colonial (PAULA, 2007, p. 279-283). Essa cultura popular, de que muito se tem ouvido falar na historiografia brasileira dos últimos anos, sintetizou o amálgama de elementos diversificados e práticas que variavam desde a utilização de feitiços e poções na resolução dos mais diversos conflitos, em busca principalmente de proteção e conforto perante as agruras da sofrida lida colonial, até a reconfiguração dos ritos da ortodoxia católica, adaptados, sempre que possível às condições das especificidades das culturas subjugadas. Esses elementos que tenderam a permanecer, mesmo que na maioria das vezes ocultamente, eram na verdade elos dos diferentes elementos da teia social com seus substratos culturais de origem, fornecendo-lhes em certa medida esperança e certo grau de resistência às imposições da igreja e seu tribunal inquisitorial. É de se esperar, que essas pessoas

tendessem a relativizar as noções de Sagrado e os limites do que poderiam ou não acreditar do que era pregado pelos clérigos no púlpito. A própria postura do clero despreparado, mais preocupado com riquezas materiais e consumação de luxos e extravagâncias, servia como um dos principais substratos para atitudes de tolerância a outras interpretações da ordem natural das coisas. Outra característica marcante segundo Anita Novinsky, que contribuiu para a formação de uma postura tolerante em parte da população mineira nos setecentos, foi o intrigante fato de a região ter recebido muitos cristãos-novos, que aqui se estabeleceram atuando no tráfico negreiro, na produção de gêneros variados em fazendas de culturas e até na mineração aurífera, atraídos pela possibilidade de seguirem com suas vidas de forma livre e longe do jugo fervoroso da inquisição. Chegaram a estabelecer movimentos clandestinos de manutenção de seus rituais, como o chamado "marranismo", resistência por excelência transparecendo a recusa, mesmo que camuflada, de uma aceitação submissa do que lhes foi imposto na conversão forçada em território português (NOVINSKY, 2002, p. 17). É sintomático a livre circulação dessas ideias relativistas ou libertinas, entre pessoas de tão variados matizes culturais na maioria das vezes injustiçados pelo binômio Igreja/Estado.

Segundo RODRIGUES (2011) pela ação constante de comissários e familiares do Santo Ofício, a Inquisição estendeu até as minas seus tentáculos moralizadores, desestruturando o tecido social, intensificando inimizades e criando uma horda de denunciadores e delatados em potencial. Esses agentes, além dos prelados Vigários das Varas Paroquias, eram os responsáveis pela constante vigilância moral, encaminhando sempre que necessário para a mesa inquisitorial de Lisboa, os casos que implicassem em heresias.

Chama à atenção um caso muito peculiar, portador de uma riqueza sem igual de informações em que o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral², morador em sua mata do Bom Jesus dos Perdões, no termo da Vila de São José del Rei, Província de Minas Gerais, apresenta significativos indícios diretos da permeabilidade de ideias contrárias aos dogmas pregados como absolutos pela Igreja no século XVIII.

O Sargento Mor foi denunciado pelo Padre Manoel Ferreira Godinho por viver libertina e escandalosamente, sempre persuadindo seus interlocutores de suas ideias dissidentes retiradas das recreações filosóficas e dos muitos outros livros que o Padre diz que ele sempre andava lendo. O delato dizia ser o maior filósofo e poeta do mundo e

² ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo de Romão Fagundes do Amaral, n 12958.

tinha sempre argumentos, que nem mesmo os "pobres prelados com ele podiam". Na diligência realizada para levantamento do sumário de suas culpas, foi acusado de proferir que Nossa Senhora não poderia ser virgem, que após o parto teria ficado "boa" como qualquer outra mulher, dizia também que não existia inferno, nem purgatório, que isso era invenções dos padres. Que o pecado do sexto mandamento não era pecado mortal, que Deus havia feito os homens e mulheres para que se unissem sem embaraços, mesmo que fossem com mães, irmãs ou filhas. Que se Cristo considerasse a fornicação pecado mortal, poderia esperar o céu vazio e que isso de missa era nada mais que uma bobagem. Mas os pecados a ele imputados que mais chamam a atenção são os de suspeita de protestantismo, pois sempre dizia, segundo afirmam as testemunhas que o corpo de cristo não estava presente na comunhão e que os padres nem precisavam prestar atenção no momento da consagração, que o sentido seria o mesmo, que na verdade eles deveriam estar era pensando em mulheres. Outro indício da influência protestante é o fato de constar que ele abusava dos dias de preceito sagrado comendo carne e não se confessar na desobriga a mais de três anos e era comum também ouvi-lo dizendo que o Sumo Pontífice era nada mais que um homem como outro qualquer e que as indulgências eram falsas e que nunca haviam de vê-lo rezar e que em sua casa não havia oratório nem Imagem alguma de Santo, que bastavam os da Igreja. Se considerarmos, segundo SCHWARTZ (2009, p. 221), a não pouca circulação de estrangeiros e livros proibidos nas colônias, mesmo em seus mais interiores confins, podemos facilmente compreender a proximidade das ideias de Romão a algumas ideias da doutrina Protestante.

Suas teorias sobre o sexo e o sexto preceito, reforçam as ideias de que as pessoas comuns daquele tempo na colônia julgavam saber mais sobre esses assuntos do que os sacerdotes, supostamente castos. Ligavam sempre essas opiniões a questões de ordem mais comum, justificando com as próprias palavras de cristo "Crescei-vos e multiplicai-vos", a maneira como em suas posses viviam amancebados com suas índias e escravas. Romão Fagundes foi também acusado de andar amancebado com uma mulata que chamava de o seu "Bará", dentro da sua própria casa, mandando sua mulher segurar um candeeiro para iluminar enquanto se deitava com suas escravas. Também foi infamado de haver deflorado suas duas filhas ilegítimas e também uma legítima. Certa vez, foi espancado e teve sua mão direita decepada como retaliação por haver estuprado e "rasgado com os dedos" uma menina de 8 anos que quase chegou a óbito. Também

ordenou que uma sua escrava se deitasse com um mulatinho seu de 14 anos em sua frente, a modo de lhe ensinar como se fazia.

Romão Fagundes também era afamado de escrever e declamar sonetos desrespeitosos contra os dogmas da Santa Madre igreja, recebendo mesmo a alcunha de "O poeta de trás da Serra" (RESENDE, 2011, p. 354). Em querela com o Padre Godinho, seu principal delator, é acusado de escrever ao padre um soneto lhe ensinando a correta postura de um padre no ato da Confissão. Em sua defesa, Romão Fagundes, estando na prisão, procura dissuadir o Vigário da vara de São João Del Rei, escrevendo-lhe uma carta com vários sonetos de apologia à religião e uma defesa muito bem formulada do quando ele delatado era bom seguidor da religião católica e que tudo que diziam a seu respeito era nada mais que intriga de seus muitos inimigos, invejados do grande cabedal que conseguiu acumular ao longo da vida, dissimulando sua inocência pelo medo de cair nas malhas do tribunal.

O que podemos depurar dos relatos a seu respeito, é que Romão Fagundes, buscava nos livros as respostas para questionamentos que os Padres nem de longe conseguiam satisfazer nos limitados esquemas moralizantes da Igreja. Buscava compreender à sua maneira novas explicações para a ordem natural das coisas, sempre que possível dissuadindo seus interlocutores a acreditar em suas teorias. Não hesitava em expor suas ideias, era libertino de consciência e práticas sexuais, mas a análise de seu caso serve para descortinar os anseios, principais questionamentos e a postura da sociedade inquieta a qual fazia parte. Romão, nas palavras do Vigário da Vara de São João del Rei, era apenas "um dedo do gigante" a espalhar a daninha entre o trigo da verdade, que a província e o bispado dessas Minas já se encontravam por demais infeccionados por influências de filósofos como Rousseau e Voltaire, que nada mais ensinavam a não ser sua depravação.

Chamam a atenção também os muitos testemunhos referentes a pessoas comuns que não detinham acesso a leituras proibidas que podiam influenciar suas ideias e que apesar da possibilidade do intermédio de leitores, como fazia o Sargento Mor acima citado, relativizavam e refletiam tolerantemente muito mais por suas experiências cotidianas. Manoel da Costa Ferreira de Tamanduá, em 1769 movido por notável impaciência proferiu palavras injuriosas, dizendo que o demônio o podia levar, que não se havia mais com Deus ou Santa Maria³, assim também Fabrício, escravo do Seminário

³ ANTT. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor , n 318, fol. 0932, doc. 398.

de Mariana, em 1777 se vê injustiçado ao levar 50 chibatadas dos Padres e pragueja “maldita seja quem me pariu, maldita seja a Maria Santíssima”, “maldito seja o Padre Eterno, maldito seja o filho, maldito seja o Espírito Santo, que viessem os diabos e o levassem de corpo e alma ao inferno, que ele não queria já ser filho de Maria Santíssima, pois que ela o tinha desamparado”⁴. Já João Carrascosa de Vila Rica e Antônio Fernandes Ribeiro, oficial de sapateiro, duvidavam da virgindade de Maria, não acreditando ser possível a uma mulher dar a luz e continuar virgem⁵. Movidos pela raiva em momentos de injustiça ou considerando as experiências de seus cotidianos, essas pessoas souberam adaptar-se a seus contextos, tolerando suas diferenças.

Os testemunhos que constituem as diligências realizadas com o pretexto de se investigar o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral, bem como os demais exemplos acima citados transcendem a mera compreensão unicamente dos casos em questão, servindo muito mais como janelas ao passado, possibilitando o vislumbre de muitos aspectos da mentalidade mineira nos setecentos, suas especificidades, a religiosidade popular de suas comunidades e os aspectos que se relacionam e permitem mesmo vislumbrar a colônia como um todo. As fontes inquisitoriais dão luz às formas de religiosidade e crença popular do período colonial brasileiro. A função do historiador frente a esses testemunhos é aplicando a crítica e a interrogação problemática, buscar através da contextualização, o levantamento das formas como os homens do passado viviam e pensavam seus anseios e formas de se relacionar com o meio e o tempo (BLOCH, 2002). Assim todos os registros de um período, como no caso as fontes inquisitoriais contextualizadas aos demais documentos do período colonial brasileiro, podem auxiliar na compreensão de como, em determinada época, diferentes suportes comandam modos de pensar e sentir dos homens, cabendo ao historiador resgatar essas representações em suas irredutíveis especificidades. É de fundamental importância buscar através desses testemunhos, o contexto social e cultural do período colonial, as formas de apropriação dos homens comuns das crenças de seu tempo, descortinando as permanências e continuidades ao longo das temporalidades históricas. É neste sentido que a historiografia brasileira sobre a Inquisição vem buscando dar sua contribuição.

⁴ ANTT. Inquisição de Lisboa, Caderno do promotor, n 318, fol. 1046-1052, doc. 447-450.

⁵ ANTT. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor, n 289, fol. 0713-0718, doc. 366-393; 319, fol. 0839, doc. 384.

Referências

I - Fontes manuscritas

1 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

1.1 – Cadernos do Promotor

Livro 289 [1714-1730], fol. 0713-0718.

Livro 289 [1714-1730] fol. 0839.

Livro 318 [1740-1761], fol. 0932.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1046-1052.

1.2 – Processos Inquisitoriais

Romão Fagundes do Amaral, Processo 12958.

2 - Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

2.1 – Inventários

Romão Fagundes do Amaral [1825], caixa nº428

Romão Fagundes do Amaral [1826], caixa nº428

2.2 – Demarcação de Sesmaria

Romão Fagundes do Amaral [1772], caixa nº SM - 19.

II – Fontes impressas

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Zahar: São Paulo, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. UFRGS: RS, 2002.

NOVISNKY, Anita. **Inquisição: prisioneiros do Brasil (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____. Ser marrano em Minas Colonial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n 40, p. 161-176. 2001.

PAULA, João Antônio de. **A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII**. In: História de Minas Gerais: As Minas setecentistas. Vol. I, BH: Autêntica, 2007.

PIERONI, Geraldo José (et.al.)Religiosidade popular e expressões blasfematórias na Visitação do Santo ofício ao estado do Grão Pará, 1763-69.Mneme - **Revista de humanidades**, 11 Jan./Jul. de 2001.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (et.al.). De jure sacro: a inquisição nas Vilas d'El Rei. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, nº45: p 339-359, jan/jun 2011.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **A Inquisição na Comarca do Rio das Mortes: os agentes**. Anais do Colóquio Internacional Religiosidade, O Tribunal do Santo Ofício e as Minas Setecentistas, 2011 (No prelo).

SCHUWARTZ, Stuart. **Cada um na sua lei**. São Paulo: CIA das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social**. In: História de Minas Gerais: As Minas setecentistas. Vol. I, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.